



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

**Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência do seu excelentíssimo Presidente, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, com a seguinte ordem de trabalhos:**

1. Informação da atividade da Câmara;
2. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para 2012;**

#### **Presenças:**

**Membros da Assembleia Municipal**, registou-se a presença de Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, António José Dias, António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, Luís Duarte Lopes Tomé, José Maria Mendes Fura, Olga Maria Amaro Domingos Capão, António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho e Alda Maria Antunes Grácio.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra;  
Presidente da Junta de Freguesia de Crato e Mártires, José António Correia Belo;  
Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino; Presidente



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

da Junta de Freguesia de Gáfete, Armando Coelho Mafaldo e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.

Registou-se a ausência do Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo que se fez substituir pelo senhor António Manuel Iria Matias.

No que respeita aos **membros do Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, João Teresa Ribeiro, do senhor Vereador Fernando Jesus Santos Gorgulho, da senhora Vereadora Fernanda de Lurdes Pinto Massano e do senhor Vereador João Manuel Ferreira Farinha, registando-se a ausência do senhor Vereador José Correia da Luz.

Registou-se ainda a presença de público.

Verificado o quórum necessário o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino Simões Bastos Silva** deu início aos trabalhos.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

#### **Correspondência:**

Informou do registo da correspondência **recebida** e **expedida** de 1 a 31 de janeiro de 2012, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

O **Prof. Miguel Batista, do PS**, fez algumas sugestões de alteração à ata de 16 de dezembro de 2011, as quais foram aceites.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Disse que, na página 53 da ata de 16 de dezembro de 2011 está escrito numa intervenção do senhor Rui Matos Dias o seguinte: *“Disse não defender o princípio que o Prof. Miguel Batista defende e que está escrito por ele, ou seja, que os assuntos da Assembleia Municipal deveriam ser discutidos a nível restrito e depois vinha-se às sessões da Assembleia só para votar”*. Referiu não se recordar de alguma vez ter feito uma afirmação destas e solicitou que fosse esclarecido sobre esta intervenção.

Tomou a palavra o senhor **Rui Matos Dias, da CDU**, dizendo que se o Prof. Miguel Batista revisitar aquilo que escreveu e que, por escrito, remeteu à Mesa da Assembleia Municipal, encontrará lá explanado a sugestão que disse agora não entender.

Disse que, dentro das questões não entendíveis na página 39 da ata de 16 de dezembro de 2011, está uma questão que considera que não está correta, ou seja, onde diz: *“Disse que o Grupo do PS exerceu o direito do estatuto de oposição através dos eleitos do PS na Assembleia Municipal”*.

Referiu, que no seu entender, o exercício do Estatuto do Direito de Oposição não passa por debates da Assembleia Municipal, mas sim de acordo com as convocatórias feitas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, considerando que esta afirmação carece totalmente de fundamento e é incorreta.

Interveio o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que não tem alterações de fundo a fazer à ata de 16 de dezembro de 2011, concordando com o que está escrito.

Tomou a palavra o senhor **João José Marcelino Pires, da CDU**, dizendo que a ata reflete o que cada um diz e que as mesmas não devem ser manobradas porque alguém entende, depois da reunião realizada, que o que disse não era bem esse o espírito ou não queria



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

dizer. Considera que o que foi realmente dito é o que deve estar explanado nas atas, mal ou bem.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, esclareceu que algumas sugestões de alteração à ata de 16 de dezembro de 2011, feitas nesta Assembleia Municipal, já estão incluídas na proposta de ata.

De seguida, passou-se à apreciação e votação da proposta de ata da sessão ordinária de 16 de dezembro de 2011, a qual foi **aprovada** por **unanimidade**.

Informou que foi enviado a todos os membros da Assembleia Municipal, o Relatório do Estatuto do Direito de Oposição - Ano 2011.

Informou que as senhas de presença e pagamento de quilómetros correspondentes a todos os membros da Assembleia Municipal foram atualizadas conforme o critério aplicado pelos serviços de contabilidade da Câmara Municipal, ou seja, pela via Michelin pelo trajeto mais rápido, uma vez que foi abordado pela Dr.<sup>a</sup> Alda Grácio que este pagamento não estaria correto.

Tomou a palavra o **Dr. Pratas, do PS**, trazendo à coação, em nome da força política que representa, um tema que neste momento é nuclear para a sociedade portuguesa e tem a ver com a reforma do território.

Disse que o “Documento Verde da Reforma da Administração Local” é um documento nuclear e um tema que está neste momento em atualidade, em que toda a gente se debruça sobre ele não havendo convergência nem consenso sobre a reforma do território.

Considera que a reforma do território deve ser feita sendo mesmo necessária, constatando que pessoas, dos mais variados quadrantes, nomeadamente, quer da força política que



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

representa, pessoas ligadas ao PSD, professores das universidades, etc., que acompanham muito este tema, não reúnem um consenso, ou seja, não há critérios balizados para definir até onde poderá ir esta Reforma da Administração Local.

Disse que, através do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, a população tem conhecimento daquilo que é preconizado no “Documento Verde da Reforma da Administração Local”.

Disse que o Governo ao colocar este documento para apreciação pública, tentou impor este documento como um vetor fundamental para que a Reforma passasse através dele e o Governo diz, inclusivamente, que a Reforma do Poder Local impõe-se como um pilar fundamental para a melhoria da gestão do território e da prestação de serviço público aos cidadãos.

Disse que o seu grupo político não é contra esta reforma, no entanto, alerta para determinadas situações, nomeadamente que esta reforma não seja feita “*nos gabinetes, de régua e esquadro*”, porque não é apenas, cortando “*a torto e a direito*”, que se consegue uma reforma homogénea da administração, em relação ao território português, é necessário bom senso.

Considera que as populações locais deveriam ser previamente auscultadas e participar no debate antes do “Documento Verde da Reforma da Administração Local” ter sido apresentado.

Considera ser necessário que as Freguesias rurais, as do interior, possam manter a sua identidade, possa haver um equilíbrio que seja desejável, porque no mundo rural em que o Concelho do Crato está inserido, a Junta de Freguesia é, por vezes, a única ligação das populações com o Estado, é quase sempre um elo de ligação com as pessoas, dando como



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

exemplo o facto de ser na Junta de Freguesia que a grande maioria das pessoas recebem a sua reforma, a sua correspondência, pagam a água, a luz e o telefone, ou seja, seria necessário que para haver uma Reorganização Administrativa, houvesse critérios e que as pessoas fossem ouvidas.

Disse que tendo em conta as últimas notícias, as mesmas não são nada abonatórias ao mundo rural e que o Governo se prepara para dar incentivos aos Municípios que se aglomerarem, sendo que as Assembleias Municipais irão ter noventa dias para apresentar as suas propostas de fusão.

Disse que conforme o que é preconizado no “Documento Verde da Reforma da Administração Local” as Freguesias de Aldeia da Mata (área predominantemente rural), Crato e Mártires (área maioritariamente urbana) e Flor da Rosa (área maioritariamente urbana) reúnem os critérios de reorganização territorial e as Freguesias de Gáfete, Monte da Pedra e Vale do Peso, não reúnem esses mesmos critérios, sendo que a Assembleia Municipal do Crato já se debruçou sobre este assunto e aprovou por unanimidade emitir parecer negativo, quanto à extinção de qualquer Junta de Freguesia do Concelho do Crato.

Considera que as Reformas a serem impostas, não devem ser impostas apenas e só através dos Gabinetes Ministeriais, mas sim através da consulta à populações, numa primeira fase, e só depois elaborar uma Reforma que sirva os interesses das populações, nomeadamente, as populações rurais para que o interior não fique mais desertificado, sendo necessário pugnar pelo incentivo e desenvolvimento do Poder Local.

Tomou a palavra o **Prof. Miguel Batista, do PS**, referindo-se à sua intervenção no Fórum Municipal disse que seria pertinente pensar em quem se vai juntar com quem, em relação



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

às Freguesias, pois considera que o que está explanado no “Documento Verde da Reforma da Administração Local” vai mesmo por diante.

Disse que o desejável era que se pudesse inverter a situação e se mantivessem as Juntas de Freguesia todas mas, considera que o Governo está completamente decidido a fazer alguma coisa a este nível, e vai ser uma realidade a curto prazo, ter que haver Freguesias unificadas.

Lembrou a Câmara Municipal que o Foral Manuelino do Crato faz este ano 500 anos, no mês de novembro e considera que ainda se está a tempo de fazer alguma coisa para comemorar esta data.

Disse que relativamente aos vinte cinco requerimentos que enviou em final de abril, princípio de maio, oito já foram respondidos, três perderam a oportunidade de serem respondidos, no entanto, ainda falta responder a quinze dos quais alguns têm bastante pertinência.

Referindo-se a uma intervenção sua na reunião anterior, sobre uma possível exploração de caulinos entre Gáfete e Tolosa questionou se o Executivo Camarário já tinha alguma informação mais apurada a esse respeito.

Agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Monte da Pedra pelo fato de lhe ter enviado o projeto para o Campo de Futebol de Monte da Pedra, aquando da sua intervenção na reunião anterior, referindo que será um aliado para lutar por esse desígnio e congratulando esta Junta de Freguesia pelo bom exemplo, pelo dinamismo e visão com que está a materializar uma política muito interessante para com os jovens da Freguesia, levando-os a muitos locais de interesse e, com isso, está a fortalecer o amor pela terra e uma possível fixação de jovens.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Disse que estes futuros adultos um dia quando tiverem que partir da terra terão muito mais relutância e talvez fiquem mais tempo, considerando que é um dar de novas vivências e novas experiências às crianças e aos jovens, é algo que os engrandece e que fica para toda a vida.

Disse que todas as outras Juntas de Freguesia do Concelho poderiam aproveitar este bom trabalho da Junta de Monte da Pedra, aproveitando o autocarro da Município e levar os seus jovens a locais de interesse, pois considera que este tipo de atividades são bastante enriquecedoras e assim se investe no futuro e se fixam pessoas.

Considera que a política praticada para os seniores está muito bem contemplada neste Concelho, mas a política em relação aos jovens ainda tem muita coisa para se fazer e considera que o Marco Mendonça, Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, é bom exemplo disso.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, invocando a memória do senhor Oliveira, falecido há pouco tempo, autarca neste Concelho, pelas preocupações que colocou no Concelho e sentido que teve pela promoção de Monte da Pedra sendo pessoa que mais lutou pela Fadagosa. Considera que foi um exemplo de luta, no Poder Local, por aquilo que é o desenvolvimento do Concelho.

Regozizou-se pelo fato do senhor Presidente da Câmara Municipal ter participado num programa de televisão onde foi falada a atividade da Câmara Municipal, nomeadamente dos apoios sociais que a mesma atribui. Disse que tem muitas “desafinidades” em termos de projetos de desenvolvimento para o Concelho mas o cuidado pela parte social é algo que considera fundamental, sendo esta uma “afinidade” das propostas de ambos.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Disse que o apoio social está explanado no Orçamento, que sempre deu atenção ao apoio à população e às pessoas idosas, não desprestigiando os jovens, que são o futuro do Concelho, mas considera que os idosos foram quem fez a terra em que vive.

Relativamente à Reforma Administrativa disse que se deve agir com celeridade, que se deve fazer uma proposta de fusão, regozijando-se pela iniciativa da Mesa da Assembleia Municipal, em fazer um fórum aberto à população, onde foi tomada uma postura, mas considera que pode não ter sido o suficiente.

Receia que o Governo vá em frente com medidas cegas, desconhecendo aquilo que é a interioridade em que este Concelho está, considerando que o rural e o urbano em Portugal, são uma expressão da injustiça social, que se pratica e que é até um pouco caricato dizer-se que o Crato e Flor da Rosa são uma área, tendencialmente urbana, pois no Concelho do Crato nada é urbano.

Disse que há uma falta de visão clara das coisas e considera que, se esta Reforma Administrativa não deve ser feita de régua e esquadro, também não pode ser feita dentro de um gabinete, pois não caucionará políticas deste tipo reformista, mesmo sendo ligado a uma ideologia reformista, pois os efeitos são contrários àqueles que são desejados.

Referiu que tem que haver um critério distinto e de justiça para o Interior, que foi injustiçado por todos os Governos depois do 25 de abril, responsabilizando bastante o PPD/PSD e o PS.

Sublinhou a sua preocupação naquilo que se irá fazer para, efetivamente, dar credibilidade àquilo que o povo diz e àquilo que é o sentir da população, ou seja, não pode haver fusão e aglomeração das Freguesias do Concelho.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Disse que o Governo quer fazer esta Reforma porque a população tende a diminuir no Interior, sendo cada Freguesia cada vez menor e considera que, uma reforma feita nestes termos, não só é incorreta como também é desumana e opor-se-á e agirá politicamente, com os instrumentos da liberdade que possui, de não caucionar qualquer política que vá neste sentido.

Disse que este assunto foi discutido tardiamente e que, qualquer dia, a população é confrontada com uma situação de facto e que depois *a posteriori* é mais difícil voltar atrás.

Disponibilizou-se, mesmo dentro das suas dificuldades, para participar em qualquer iniciativa que haja, no sentido de reunir todos os esforços, para a não aceitação de uma atitude de desumanização das relações autárquicas que se estabelecem entre os cidadãos e os órgãos autárquicos eleitos, concordando que haja uma Reforma Administrativa, mas não nestes termos.

Disse que a questão do Poder Autárquico e a questão desta Reforma Administrativa prende-se também com um certo esvaziamento do Poder Local, mas é sua convicção, pela análise ideológica e política que faz das questões que esta medida da Reforma Administrativa também é competência da má orientação política, por parte dos órgãos autárquicos, ou seja, considera que um Presidente de Câmara deve descentralizar poderes, dando-os aos Presidentes de Junta, dentro daquilo que a Lei confere.

Considera que os Presidentes da Câmara não devem ser os centralizadores do poder e da gestão, daquilo que são os interesses do Concelho, devendo descentralizar responsabilidades e competências para as Juntas de Freguesias, fortalecendo assim o Poder Local e considera que, não o fazer, é criar condições para que esta Reforma Administrativa vá por diante.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Tomou a palavra o senhor **Rui Matos Dias, da CDU**, dizendo que relativamente à Reforma da Administração Local, sendo um tema de extrema importância, é necessário haver coerência.

Referiu que os eleitos da CDU são da opinião que nenhuma Freguesia deverá ser fundida ou extinta e, nesta questão, curiosamente, o PS em Lisboa foi quem deu o “pontapé de saída” reduzindo 54 Freguesias para 23, sendo evidente que o problema de Lisboa não é comparável ao problema desta zona.

Disse que o que é curioso é que enquanto o Governo oferece 15% às Freguesias que se fundirem, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa oferece quarenta milhões de euros às Freguesias, depois delas serem instituídas, sendo evidente que com este aliciante será possível que algumas Freguesias achem muita graça a fundirem-se.

Referiu que foi dito que as populações devem ser ouvidas e que a população da Freguesia de Monte da Pedra foi ouvida, mas o problema não está no ouvir a população, mas sim que as suas audições produzam efeito, não se sabendo ao certo o que irá realmente acontecer.

Disse que o senhor Ministro Miguel Relvas, que tem encabeçado este processo e tem um comportamento extremamente curioso, dizendo cá em Portugal que 1300 freguesias irão deixar de existir e num programa de televisão transmitido de Angola fez afirmações que segundo as quais, o Poder Local é uma coisa boa, porque resolve e desenvolve os problemas das pessoas e administra o Território, o que considera não haver coerência no seu discurso.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, informando que está no portal do Governo o anúncio dos critérios para a extinção de



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

freguesias, referindo que primeiro o Governo estabeleceu regras sem auscultar numa primeira fase os órgãos do Poder Local, mas como as populações se manifestaram e porque o congresso da ANAFRE disse não à extinção de freguesias, então o Governo vem com outra tática.

Informou que o Documento Verde da Reforma da Administração Local tem 4 eixos, as freguesias são as mais visadas, mas o Governo o quer neste momento é, não só extinguir Juntas de Freguesias, assim como Câmaras Municipais.

Disse que, o que este Governo não tem a coragem de dizer é que Concelhos pretende extinguir. Com as dimensões e os indicadores com que se referenciam Concelhos como os do Crato, Alter, Arronches, etc., são um alvo a abater, na tentativa de criar outro tipo e outro patamar de Municípios.

Disse que este Governo não está autorizado a retirar nenhuma das atribuições e competências que estão atribuídas às autarquia locais, e nem sequer sem o consentimento destas a transferir competências para as Comunidades Intermunicipais, referindo que mesmo algumas das matérias que estão a ser discutidas são de duvidosa constitucionalidade e, então, pode-se estar perante uma ofensiva de subverter o próprio regime democrático e isto, tudo em nome da TROIKA, da TROIKA e de mais TROIKA. Mas o problema é que a Troika não pode tocar na soberania nacional, nem alterar orientações, nem direitos constitucionais.

Referiu que os deputados do PSD levantaram problemas em relação à Unidade Local de Saúde de Matosinhos e inclusivamente ao esforço *per capita* de investimento do Serviço Nacional de Saúde em relação à Unidade de Saúde do Norte Alentejano e pode-se dizer mas porquê que está a falar de freguesias e agora está a falar disto?



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Disse que a ofensiva é brutal porque, se por exemplo a freguesia tem 50 indivíduos e se aqui é investido X *per capita* o esforço de investimento é superior. Questionou que políticas têm sido seguidas para corrigir as assimetrias e para debelar as dificuldades que existem entre o litoral e o interior?

Disse que há pessoas responsáveis por tudo isto e se houver extinção da freguesia de Monte da Pedra é este Governo o responsável, pois é este Governo que está a fazer a legislação, é este Governo que até diz que se deve dar dinheiro para se juntarem Municípios, referindo que cada um tem que assumir as suas responsabilidades.

Referiu que o senhor Miguel Relvas disse que não acabava já com Concelhos porque o tesouro não tem dinheiro.

Disse que o que está previsto para o distrito de Portalegre é o encerramento de dois tribunais, repartições de finanças, entre outros serviços.

Disse que quanto à Unidade de Saúde do Norte Alentejano, em documento oficial o Governo afirma que a mesma, a tal que tinha dezasseis Centros de Saúde, a tal que neste momento reduziu horários de funcionamento dos Centros de Saúde, a tal que inclusivamente redimensiona determinados funcionamentos, se calhar para entupir as urgências, recebeu 89.197.458,00€ isto no ano de 2011, vai receber agora 78.373.296,00€, o que apresenta uma variante de menos 10.824.163,00€, isto é, uma variante percentual de menos 12,1%. É o atual Governo o responsável por este corte para a saúde no nosso Distrito, é este Governo que tem que ser responsabilizado pela degradação da área da saúde.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Informou que fez chegar a todos os membros da Assembleia Municipal a informação da dívida de todos os Municípios às Águas do Norte Alentejano, à data da dia 31 de Dezembro, congratulando-se com a verba que está explanada no documento relativa à Câmara Municipal do Crato.

Referiu que alguns Municípios dizem que vão sair das Águas do Norte Alentejano, e explicou que isso não pode acontecer, uma vez que há cláusulas de blindagem no contrato que assinaram que não permitem a saída, de ânimo leve, de qualquer um dos Municípios do Distrito. Disse que esses mesmos Municípios que anunciam a intenção de sair, são os que têm o valor de dívida mais alto às Águas do Norte Alentejano.

Disse que a grande dívida das autarquias, em relação ao produto interno bruto, é diminuta, ou seja, considera que se está criar todo um *"folclore"* em torno disto, que de 28 municípios inicialmente considerados, já se vai em 35, que se encontram em falência técnica, não dizem é quais, não dizem é que *"o poder local é importante, e como é que vão cumprir a Lei das Finanças Locais"*.

Disse que a Lei de Execução Orçamental é uma vergonha, pois as Câmaras ficam reduzidas em sede de autorização de despesa, ao Presidente da Câmara, aos serviços de Contabilidade e ao senhor Secretário de Estado ou ao senhor Ministro das Finanças, em total desrespeito pelas atribuições e competências próprias das autarquias e da autonomia do Poder Local.

Disse que como Presidente da Assembleia Municipal do Crato, em conjunto com toda a Assembleia Municipal, está disponível para fazer tudo o que estiver ao seu alcance para defender e salvaguardar a organização territorial que existe no Concelho do Crato.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Disse que o que foi levado a Conselho de Ministro, referente à questão dos indicadores das distâncias quilométricas entre a sede de freguesia e a sede de concelho, passaram a não contar na nova versão da proposta do Governo, não classificando já esta a definição de rural, semirrural e urbana.

Disse que a partir do momento em que se baixa a guarda da defesa, efetivamente, do conjunto das freguesias existentes, se abre portas para a sua efetiva extinção. O que está em marcha não é o tão somente acabar com freguesias, mas o acabar inclusive com Câmaras Municipais.

Disse que está perfeitamente de acordo que se descentralize para as freguesias como referiu o Prof. Rodrigues Lopes, mas é preciso primeiro que o Governo descentralize para as Câmaras Municipais.

Considera que há uma grande contradição, pois em cada Assembleia Municipal que tem havido, há sempre intervenções a solicitar mais apoios para os jovens, para os idosos, para a saúde, para as estradas, para as coletividades, etc., quando o Governo está a cortar cada vez mais as verbas para a Câmara Municipal, mas depois é-se da opinião que a Câmara Municipal deve descentralizar para as Juntas de Freguesia, dizendo que tem que haver coerência.

Disse que pedir é fácil, propor para se fazer mais, soa bem, mas simultaneamente assumir a corresponsabilização daquilo que está mal é que é mais difícil, referindo que se deve reconhecer todo o esforço que está a ser feito para que as Freguesias não sejam extintas.

Disse que não foi ninguém deste Concelho que propôs essa extinção, quem propôs foi o atual Governo e o atual Governo é o responsável.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Informou que a lei deste Governo e deste partido, diz que os Presidentes de Junta, que era quem trazia às Assembleias o sentimento da sua freguesia, já não têm assento nas futuras Assembleias Municipais. Chama-se a isto, aprofundar a democracia, ou chama-se a isto, destruir a democracia participativa? Chama-se a isto aproximar o poder das populações ou chama-se a isto, em nome da descentralização, centralizar cada vez mais?

Disse não se saber ao certo o que vai acontecer num conjunto de questões. Só a partir de maio se vai saber quem, na função pública, vai para a mobilidade, porquê Maio? Porque primeiro tem que se ver o que se faz na saúde, que tribunais vão encerrar, só depois, então, vem a Administração Local.

Disse que se devem unir esforços para intervir, sensibilizar, não só os órgãos políticos, mas também os religiosos, pois também as várias confissões religiosas deveriam ter uma opinião sobre isto, defendendo o Concelho do Crato e o Poder Local, pois o que está em cima da mesa é acabar com o Poder Local, abandonando-se as populações isoladas, desarticulando-se o território, dando-se assim a desertificação, porque ninguém fica numa freguesia que não tem posto da GNR, em que deixou de existir posto médico, escola, farmácia, creche para os filhos e em que paira a intenção de extinguir a freguesia.

Disse que o Governo conhece o sentimento das populações das seis freguesias do Concelho do Crato, pois a Assembleia fez chegar a todos os Grupos Parlamentares, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro e Presidente da República, o parecer aprovado por esta Assembleia Municipal, aquando do Fórum sobre o Documento Verde sobre a Reforma da Administração Local, onde vários intervenientes explanaram o seu descontentamento sobre a extinção de freguesias.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. Informação da atividade da Câmara;

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que o assunto da Reforma Administrativa deve merecer, da parte de todos, uma grande atenção e considera que as intervenções dos eleitos de diferentes grupos políticos, no período antes da ordem do dia da presente reunião, mostraram o interesse e o empenhamento sobre tão importante questão para a vida das populações.

Referiu que a Assembleia Municipal está a focar muito a sua atenção e reflexão sobre o problema das freguesias, dizendo que o que está em causa não são apenas as freguesias, mas sim o Poder Local, pois o que está previsto não é apenas a questão das freguesias e das câmaras, mas sim toda a legislação que regula o funcionamento das autarquias e as respetivas competências e financiamento dos diferentes órgãos autárquicos.

Disse que se não fosse o Poder Local a grande maioria dos problemas dos 308 concelhos e das 4259 freguesias do país, não eram resolvidos, sendo que, muito do trabalho realizado, deve-se aos milhares de eleitos que tem estado à frente desses órgãos.

Referiu que nestes últimos três, quatro ou cinco anos, o poder central, fez muito pouco neste concelho, em termos de investimento, pois os mesmos devem-se ao trabalho realizado pela Câmara Municipal e pelas Juntas de Freguesia do Concelho, incluindo o apoio às associações, coletividades, etc., acrescentando que o mesmo acontece praticamente em todos os concelhos porque o poder central investe pouco, nomeadamente nos Concelhos no interior.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Disse que o Poder Local não tem competências nem meios financeiros para resolver os grandes problemas que existem em cada um dos Concelhos, referindo-se ao desemprego, ao desenvolvimento e crescimento económico, à fixação das populações, situações que afetam todos os Concelhos do interior, pois não têm recursos financeiros para resolver os problemas com que se debatem as populações, considerando que é necessário reforçar a autonomia das autarquias, dando-lhes mais meios e mais poderes.

Referindo-se à intervenção do Prof. Rodrigues Lopes relativamente ao facto do mesmo achar que se deve delegar mais nas Juntas de Freguesia, disse que o caminho a seguir, é o de defender o reforço, em termos de lei, das competências das Juntas de Freguesia e os meios financeiros que lhes são atribuídos, ou seja, nenhuma Junta, em qualquer concelho deste País, deve estar dependente da Câmara Municipal. Disse que se a lei sofrer alterações no que diz respeito às competências e a toda a legislação sobre o Poder Local, seria importante que ficasse previsto que nenhum órgão deve estar dependente de outro órgão, independentemente da colaboração que deve continuar a existir entre os diferentes órgãos autárquicos.

Considera que todos podem participar e influenciar, uns mais que outros, o que vier a ser a nova legislação do Poder Local, sendo que os eleitos do PSD/PSD estão numa posição privilegiada para poderem influenciar, pois é o partido que está no Governo, logo as opiniões que os eleitos do PSD ou que os seus dirigentes fizerem chegar aos respetivos responsáveis, podem provavelmente ser tidas mais em conta.

Considera que se devem unir esforços, independentemente da cor política de cada um, para que a vontade das populações chegue aos membros do Governo, impedindo assim a extinção de Juntas de Freguesia.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Relativamente à informação da atividade da Câmara Municipal, disse que a mesma foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal e que, na última reunião da Câmara Municipal, foram tomadas várias decisões, inclusive decisões sobre os apoios que foram concedidos às instituições.

Informou que foram aprovados por unanimidade os apoios financeiros, nomeadamente ao Futebol, à Filarmónica, aos Bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia do Crato e de Gáfete, ao Lar de Aldeia da Mata e de Vale do Peso e que, as decisões foram aprovadas provisoriamente, para os mesmos subsídios que foram concedidos no ano anterior, até à aprovação do orçamento de 2012 e, solicitando que essas instituições entregassem na Câmara Municipal um conjunto de documentos que são necessários legalmente para poderem obter esses subsídios.

Disse que a intenção da Câmara Municipal do Crato é tentar não reduzir os apoios a essas instituições, mantendo-os, apesar de a Câmara ter tido um corte nas suas receitas, por decisão do Governo, pois considera que é necessário dar estabilidade às instituições e coletividades do Concelho, para desenvolverem a sua importante atividade.

Tomou a palavra o senhor **João José Marcelino Pires, da CDU**, transmitindo ao Executivo Municipal o agradecimento de um cidadão do Concelho pelo melhoramento realizado no caminho municipal junto à sua propriedade.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que, relativamente às competências e à valorização do Poder Local, está de acordo com o que o senhor Presidente da Câmara Municipal disse e que é o momento oportuno de dar o passo em frente, sendo defensor de uma descentralização para melhor benefício para as populações e descentralizado que seja algo do Poder Central relativamente ao Poder Local,



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

entendendo que o Poder Local, também deve descentralizar da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia.

Disse que está claro que o que o senhor Presidente da Câmara Municipal defende é o que os eleitos do PPD/PSD defendem também, mas que a Lei atual já confere essa descentralização de competências e foi por isso que o PPD/PSD fez a proposta para se dar autonomia, competências e meios adequados naquilo que está previsto na Lei, aos senhores Presidentes de Junta.

Defende que primeiro se cumpra a Lei e que segundo que a nova Lei dê ainda mais competências e se acabe de vez com a necessidade dos Presidentes de Junta recorrerem ao Presidente de Câmara Municipal.

Referiu que em Monte da Pedra muitas coisas foram feitas nos caminhos vicinais e que teve ocasião para reforçar a ideia e o mérito da decisão do Executivo, de comprar as máquinas de trabalho, mas se essas competências fossem dadas à Junta de Freguesia, com os meios adequados, não haveria montes de terra por esses caminhos fora, não haveria buracos, não haveria as valetas cheias de lixo, etc., valorizando inclusive a mão-de-obra de pessoas que estão no desemprego, dando alguns recursos as essas mesmas pessoas.

Disse estar de acordo com essa luta mas, efetivamente, não posterga aquilo que a Lei atual já permite e que o Presidente da Câmara e outros Presidentes de Câmara não fazem por este País fora.

Sublinhou o apoio que a Câmara Municipal tem dado às IPSS's e realçou, nas atividades da Câmara Municipal, algo de que se regozija, um trabalho que é de continuar, de reforçar e que é um mérito do Executivo, a realização de exposições e atividades culturais em



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

conjunto com as entidades vivas do Concelho e que, com muita pena sua, por uma questão de geografia, não pode estar presente nestes eventos.

Falou também dos protocolos de colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Flor da Rosa e Vale do Peso, nomeadamente, em relação a uma casa funerária em Vale do Peso e a necessidade que há nesta construção.

Disse que leu os termos em que o protocolo está escrito, ou seja, na colaboração do Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso no acompanhamento da obra, mas considera haver uma discrepância no protocolo com a Junta de Freguesia de Flor da Rosa, dizendo que esta Junta de Freguesia não aceitou o protocolo.

Disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa dirá o que entender sobre esta matéria e que são dois protocolos da mesma natureza, considerando que o Presidente da Câmara Municipal já deveria ter feito outros protocolos com todas as Juntas de Freguesia do Concelho, para que as mesmas realizem aquilo que têm que realizar, evitando assim que no Orçamento aparecessem determinadas verbas para obras a realizar nas Freguesias e viriam então determinadas verbas para atribuir às Juntas e cada uma realiza aquilo que deve realizar.

Relativamente à questão do cemitério de Flor da Rosa, considera que num Concelho tão pequeno a população tem que ser ouvida, pois é onde estão sepultados os seus entes queridos e tem que haver uma grande sensibilidade à volta deste assunto e disse que não gostaria de ver máquinas no cemitério, de modo a por em causa, uma situação de respeitabilidade que há nas pessoas que estão aí sepultadas.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Considera que não se deve investir tecnologias e pedir pareceres técnicos no cemitério, pois a deterioração de um corpo depende dos terrenos e de outros condicionalismos que podem ser postos em prática sem recorrer às tecnologias.

Pediou que o senhor Presidente da Câmara Municipal o esclarecesse quanto ao que foi feito quanto à “*má sorte*” das vias férreas que atravessam o Concelho, questionando se houve alguma diligência, se a tomada de posição do Governo poderá ser alterada, pois disse que não caucionará qualquer política de qualquer Governo que destrua a utilização das linhas férreas que atravessam o Concelho do Crato e o Norte Alentejano, pois são estruturas de desenvolvimento que a região necessita. Disse que, inviabilizar a operacionalidade destas estruturas é contribuir para o contra desenvolvimento do Concelho e da região.

Relativamente à questão das despesas com a água disse que esta continua a dar prejuízo e apesar de serem definidas políticas, com as quais concorda, as de não sobrecarregar os cidadãos do Concelho, questionou se não haveria uma engenharia financeira suscetível de fazer diminuir esta dívida na negociação ou naquilo que são as exigências da entidade que fornece a água, havendo uma negociação.

Em relação à execução orçamental disse que, feitas as contas, a Câmara Municipal faz uma redução da dívida de trezentos e vinte e seis mil euros e questionou se não haveria possibilidades de diminuir mais essa dívida, pois as dificuldades irão avolumar-se.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que relativamente à questão sobre o plano da delegação de competências, o senhor Prof. Rodrigues Lopes deu a entender que a Câmara Municipal não estava a cumprir a lei sobre esta matéria e esclareceu que a Câmara está a cumprir a Lei que



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

determina quais as competências do Governo, as competências das Câmaras Municipais e as competências das Juntas de Freguesia.

Disse que é natural que existam opiniões diferentes e que como eleito não pode nem deve fazer o que cada um considera mais conveniente, apenas faz o que considera mais benéfico para o Concelho.

Relativamente à questão dos protocolos informou, tal como está expresso na informação escrita do Presidente da Câmara, que a autarquia tem protocolos de colaboração com várias entidades e instituições, existindo também muita cooperação que é feita sem protocolo, dando como exemplo a colaboração que a Câmara Municipal deu à Junta de Freguesia de Monte da Pedra nas viagens feitas com as crianças e os jovens da freguesia em apreço.

Sobre a questão do cemitério de Flor da Rosa disse que o mesmo é da total responsabilidade da Junta de Freguesia e que foi contactado pelo senhor Presidente da Junta, no sentido da Câmara Municipal poder ajudar a resolver o problema do cemitério desta freguesia, estando a mesma no direito de não aceitar o que a autarquia propõe.

Referiu que ao contrário do que foi dito, a Câmara Municipal não vai colocar máquinas no cemitério sem mais nem menos e sem qualquer respeito e sensibilidade pelas pessoas que aí estão sepultadas, dizendo que na Câmara existem também pessoas dotadas de sentimentos e respeitabilidade pelas pessoas que já faleceram e pelas respetivas famílias.

Disse que o que está em causa são dinheiros públicos que não devem ser utilizados indevidamente, ou seja, sem serem assegurados os resultados que se pretendem obter. Neste sentido terá que ser elaborado um estudo por quem realmente estudou para isso,



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

que não trará qualquer despesa à Junta de Freguesia de Flor da Rosa para que seja dado um parecer técnico do que será viável ou não fazer.

Fazendo comparação com o protocolo feito com a Junta de Freguesia de Vale do Peso disse que, neste caso, é ao contrário, ou seja, a obra é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas Junta de Freguesia decidiu financiar a obra em causa.

Apelou ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, no sentido de refletir melhor sobre a sua decisão, da não aceitação do protocolo proposto pela Câmara Municipal, pois não gostaria que fosse dito indevidamente, que não existiu disponibilidade da Câmara para ajudar na resolução do problema do cemitério desta freguesia.

Referiu novamente que a Câmara Municipal do Crato quer apenas fazer um estudo para saber qual a melhor forma de resolver o problema do cemitério de Flor da Rosa e que não irá violar a campa de ninguém, pelo contrário, quer apenas ajudar a resolver uma situação que existe há dezenas de anos.

Disse que sobre a questão da água e dos seus prejuízos, provavelmente o problema vai ser resolvido muito rapidamente, infelizmente, porque o que está previsto pela TROIKA e pelo Governo é que as águas sejam privatizadas, agravando os custos da mesma e prejudicando as populações.

Disse que a Câmara Municipal está a trabalhar e tudo fará no sentido de tentar impedir que isso aconteça e referindo que os eleitos do PPD/PSD, sendo do mesmo partido político do Governo, podiam tentar influenciar o mesmo, de forma a que esta medida não fosse concretizada.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Relativamente à dívida disse que muitas vezes a dívida é saudável, quando se fazem investimentos de promoção do bem-estar das populações e se a Câmara Municipal continuar a receber o que está previsto, vai cumprindo os compromissos assumidos. Referiu que o problema é quando trocam as regras como aconteceu atualmente, e por isso não se deve fazer da dívida algo que seja anormal, simplesmente na situação em que se vive neste momento, há grandes preocupações sobre a mesma porque se tem que pagar juros altíssimos.

Disse que a Câmara Municipal tem que definir prioridades, ou reduz mais ainda a dívida ou investe mais na qualidade de vida das populações.

Disse que enquanto eleito, a sua prioridade é melhorar a qualidade de vida da população do Concelho do Crato, aumentando a dívida, se necessário, para assim conseguir mais fundos comunitários, investindo na renovação da rede de água e esgotos que custará mais de dez milhões de euros, problema que considera que deveria já estar resolvido há muitos anos.

Relativamente ao encerramento das linhas férreas, disse que esta decisão foi mais uma, como tantas outras, que no seu entender foram erradas, deste Governo.

Solicitou aos eleitos do PPD/PSD, que sendo do mesmo partido que suporta o Governo, que interviessem junto do mesmo, no sentido de manifestar a posição da população deste Concelho de não aceitação do referido encerramento.

Disse que o transporte ferroviário é mais barato e que o Governo está a desprezar infraestruturas que tem dezenas e dezenas de anos que têm servido o País, referindo que mesmo com as manifestações de protesto da população, o Governo não vai dar ouvidos.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Referiu que a mensagem que se tenta passar para o povo é que o país, o Governo em 2012 vai gastar menos porque se está atravessar uma crise, por isso, é necessário poupar e reduzir despesas e há pessoas até acham bem que se façam cortes de milhões de euros às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia para que o País resolva os seus problemas. Mas, a verdade é que, em 2012, o Governo vai gastar muito mais do que em 2011, ao contrário da mensagem que tenta fazer passar.

Disse que, com base nos documentos oficiais, está previsto no Orçamento de Estado para este ano serem gastos 188 mil milhões de euros, sendo que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia apenas irão gastar cerca de 2,5 mil milhões deste total. Disse que no ano que passou gastou-se 177 mil milhões de euros de acordo com o previsto no Orçamento de Estado, ou seja, este ano se se concretizar o previsto no Orçamento de Estado vão ser gastos mais 11 mil milhões de euros do que no ano passado.

Tomou a palavra a Técnica Superior da Câmara Municipal, **Eng<sup>a</sup>. Isabel Pimentel**, dizendo que relativamente ao cemitério de Flor da Rosa percebeu, pelas intervenções havidas, que existem dúvidas sobre aquilo que a Câmara Municipal pretende fazer, ajudando a Junta de Freguesia a resolver o problema, referindo que o estudo que a autarquia propõe que seja feito é, para no fundo, verificar se o nível freático naquela zona é elevado, porque só com esse estudo é que se consegue perceber de onde é que a água vem.

Disse que o cemitério pode estar localizado num curso de água e, desviando esse curso de água, provavelmente consegue-se resolver o problema, ou então, a água também pode ter um nível freático elevado naquela zona e não é com esse desvio de curso de água que se resolve o problema.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Referiu que a resolução deste problema poderá passar por um sistema de drenagem complexo mas isso só se consegue perceber com esse estudo que está posto em causa. Disse que o estudo não passa mais do que colocar no terreno uns tubos, que não vão interferir de maneira alguma com as campas, pois serão colocados estrategicamente nas zonas, para se conseguir fazer uma avaliação de como a água anda, ou seja, de como a água circula naquela zona e serão colocados com uma escala para poder medir quais são as alturas a que a água chega, pois a decomposição dos corpos pode passar por aí, referindo que havendo um excesso de água a decomposição não se faz, mas que não irá interferir com as campas das pessoas e haverá respeito por todo o cemitério.

Disse que este estudo é imprescindível, pois é necessário perceber tudo isto antes que se faça alguma intervenção.

Disse não saber se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa já tinha preconizado alguma intervenção para o cemitério ou que tipo de intervenção, mas o grande problema é que, sem este estudo não é possível conseguir definir-se, em concreto, o que tem de ser feito. Por isso, este estudo será a primeira coisa a realizar antes de se poder fazer qualquer tipo de intervenção, se não, uma intervenção a ser realizada pode não dar em nada, pode ser só mesmo gastar dinheiro, porque não se percebeu se a água circula à volta do cemitério ou se está a subir por baixo do cemitério.

Relativamente à obra que está proposta realizar em Monte da Pedra, disse que a Câmara Municipal está a realizar um estudo para substituição das redes técnicas das águas e dos esgotos desta freguesia, tanto domésticos como pluviais. Referiu que esta situação acaba por interferir também com a parte das termas, pois se não forem resolvidos os problemas



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

que existem neste momento em Monte da Pedra, provavelmente, nunca se conseguirá resolver o problema que existe com as termas.

A título de curiosidade mostrou um tubo que foi retirado em Gáfete, dizendo que a conduta de Flor da Rosa como está a ser intervencionada neste momento também está na mesma forma. Disse que nestes tubos está a passar a água das Águas do Norte Alentejano, que é uma água com qualidade que se está a comprar, mas está a passar numa tubagem que não tem qualidade absolutamente nenhuma.

Explicou que o tubo é fibrocimento e, por dentro, está todo cheio de lamas, e que provavelmente em Monte da Pedra, o que se passa é precisamente a mesma coisa. Disse que, de forma a que população tenha uma qualidade de água melhor e de acordo com aquilo que está a pagar, esta tubagem será, assim como em Flor da Rosa, substituída por um material completamente diferente e que, pelo menos, durante algum tempo, poderá garantir que a qualidade da água seja melhor.

Relativamente à parte dos esgotos o concelho do Crato disse existir um problema, ou seja, os esgotos pluviais e os esgotos domésticos vão todos para o mesmo sítio, não tem conduta separativa e não havendo essa separação, vai haver custos bastante elevados pois não são apenas esgotos que se têm que pagar às Águas do Norte Alentejano, está-se a pagar não só aquilo que se produz em nossas casas, mas também tudo o que é a água da chuva, todas as perdas de água que existem pelas freguesias todas.

Referiu que em Monte da Pedra existe também outro problema, havendo um par de bombas de estações elevatórias que talvez tenham sido mal concebidas, ou seja, não estão a funcionar corretamente, trazendo muitos problemas para a população e inclusivamente



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

drenam para a ribeira, o que não deve acontecer nunca, pois esses casos são sempre de evitar.

Explicou que o estudo que está a ser realizado e o projeto previsto, vão tentar colmatar todos esses problemas em relação às águas pluviais, dizendo que será feita uma conduta separada, à semelhança do que está a ser realizado em Flor da Rosa e que essas águas pluviais, como não são sujas, serão descarregadas na ribeira em locais onde não provocarão os problemas que existem neste momento.

Em relação às águas residuais domésticas disse que, com a mudança das alturas das caixas e do traçado, vão-se retirar as bombas que estão junto à ponte e ficam só as segundas bombas que depois enviarão os esgotos para a parte das Águas do Norte Alentejano para serem tratados.

Explicou que todo esse sistema estará por gravidade, até essas segundas bombas serem remodeladas e que caso as bombas se avariem, por qualquer motivo, está-se a pensar numa solução para evitar a descarga direta para a ribeira, evitando que a mesma seja contaminada. Disse que tudo isto traz custos elevados, mas que o que está previsto ser feito poderá resolver o problema das termas de Monte da Pedra, pois todo o processo acaba por estar em conjunto.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que há uma estimativa dos custos previstos desta obra, em Monte da Pedra, de cerca de dois milhões de euros para resolver os problemas existentes com a rede de água, esgotos e águas pluviais, se se tiver em conta que o total de receitas de capital que a Câmara Municipal do Crato tem durante um ano é de dois milhões de euros, significa que,



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

sem financiamento externo, só para a concretização da referida obra seriam gastos, quase, a totalidade dos recursos financeiros que a Câmara dispõe para investimento.

Informou que para resolver os problemas da rede de água, esgotos e águas pluviais para a Freguesia do Crato e Mártires estão previstos cerca de cinco milhões de euros, para o Pisão e Monte da Velha estão previstos quinhentos mil euros, para Aldeia da Mata ultrapassa um milhão de euros, para Vale do Peso setecentos mil euros e para Gáfete na ordem de dois milhões de euros. Disse que o esforço que a Câmara Municipal está a fazer é no sentido dos projetos técnicos das referidas redes serem concluídos o mais rapidamente possível e vai diligenciar e tentar influenciar, quem tem a gestão do respetivo programa operacional para efeitos de os projetos em causa serem candidatados para serem financiados por Fundos Comunitários.

Tomou a palavra o **Prof. Miguel Batista, do PS**, dizendo que relativamente à linha do Leste, existem quatro comboios de mercadorias que transitam todos os dias para Badajoz e outros no sentido inverso e considera que, se fosse colocada uma carruagem de passageiros aliada a cada um deles havia transportes para toda agente, mas havendo interesses de empresas privadas as coisas depois são sempre prejudiciais é para os mais pequeninos.

Questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal, qual a razão de estar em apreciação pública o Regulamento de Alienação de Lotes Municipais, pois considera que o que fazia sentido era realmente haver preços de base por metro, como existiu há dez ou doze anos atrás no concelho, ou seja, eram preços sociais.

Disse que o regulamento prevê reduções de 60%, de 50%, de 40% de 30% e considera que o mesmo está uma confusão, pois ninguém entende o que está escrito nas alíneas e que se



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

houvesse um preço base por metro<sup>2</sup>, mais barato, evitavam-se estas confusões, como há dez ou doze anos atrás que um lote custava mil e setecentos euros. Disse que com este regulamento, e mesmo com a redução de 60% os lotes ainda ficam a dez mil euros o que considera um preço exorbitante.

Considera que o espírito da autarquia não pode ser ganhar dinheiro ou perder o menos possível. Uma autarquia ganha dinheiro se conseguir manter ou trazer para cá pessoas, pois, o número de habitantes é relevante para as transferências do Estado.

Questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal em que ponto está a entrega das Medalhas de Mérito Municipal aprovadas por unanimidade nesta Assembleia Municipal. Disse que o senhor José Belo Subtil passa mal de saúde e considera não se deve perder tempo na entrega desta medalha.

Relativamente ao Boletim Municipal, disse haver algumas discrepâncias, ou seja, no mesmo está explanado que houve uma tiragem de cinco mil exemplares quando na realidade o Concelho tem apenas três mil e setecentos habitantes e numa ata da Câmara Municipal diz que foram três mil exemplares, considerando que houve gastos exorbitantes.

Relativamente à Tapada da Forca disse que o preço do terreno foi bastante barato, noventa mil euros, mas estará em causa tudo aquilo que vai ser lá gasto em termos de infraestruturação e chamou a atenção, mais uma vez, que existe um loteamento no Crato todo infraestruturado, uma avenida sem casas de um lado e doutro mas que estão lá as infraestruturas todas, considerando pertinente que se avançasse primeiro com esse.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Disse que a Tapada da Forca foi bem comprada e, naturalmente, vai permitir que o Crato fique unido até à zona desportiva e pode até um dia permitir, caso a barragem do Pisão seja feita, abrigar pessoas do Pisão, mas considera que se vai gastar muito dinheiro e se calhar, agora, era mais pertinente aproveitar o outro loteamento e tentar desburocratizar o que se passa em relação a ele.

Disse que ainda não foi esclarecido sobre as dúvidas existentes no artigo 13º e 18º do Regulamento dos Estratos Sociais Desfavorecidos, como também, no artigo 16º, ponto 6 e no artigo 20º.

Referiu que nas atas n.º 30/2011, de 21 de dezembro e n.º 1/2012, de 4 de janeiro da Câmara Municipal, está explanado que houve um Workshop de Jazz, e que foi pena realmente não ter sido feito em horários compatíveis que permitisse aos músicos da filarmónica estarem presentes no mesmo. Disse que já o ano passado isso aconteceu, ou seja, são feitos em horários diurnos quando à noite seria mais proveitoso tendo lá músicos que pudessem executar este tipo de música.

Disse que também nessa ata n.º 30/2011, de 21 de dezembro, está escrito algo que o desagradou e refutou por completo as palavras que o senhor Presidente da Câmara Municipal disse na sessão em Gáfete, ou seja, que o Regulamento de Apoio a Estudantes do Ensino Superior não foi aprovado porque os eleitos do Partido Socialista tinham votado contra, atrasando o processo. Considera que é necessário ter muito cuidado com a maneira como se joga com as palavras e que, infelizmente, nessa reunião não terá ficado dito que aqueles regulamentos vinham com uma série de problemas técnicos e que uma Assembleia Municipal, tendo função fiscalizadora, não pode permitir que documentos técnicos sejam aprovados só porque devem ser.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Disse que, além disso, a maioria CDU, que apela a que todos deem ideias e opiniões, também não ligou qualquer importância às sugestões, pertinentes ou não, havidas nessa reunião, onde o documento foi aprovado depois de vir completamente alterado no que concerne ao número de regulamentos, entre uma e outra reunião. Referiu que o regulamento foi feito com o intuito de organizar todos os regulamentos num só documento e depois caiu por terra praticamente toda essa intenção.

Relativamente à ata n.º 1/2012, de 4 de janeiro disse que considera pouco convencional o que a Câmara Municipal faz em relação aos Vereadores do Partido Socialista, pois eles requerem devidamente que sejam introduzidos pontos na ordem de trabalhos das reuniões da Câmara Municipal e os mesmos não são introduzidos. Questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal o que é necessário ser feito para que os pontos requeridos constem da ordem de trabalhos.

Referiu que esta atitude faz lembrar o processo do Futebol Clube do Crato que deu naquilo no que deu, ou seja, os Vereadores do PS entregam documentos atempadamente e depois a Câmara Municipal remete-os para os serviços, o que não ajuda em nada o bom funcionamento da autarquia.

Observou nas atas da Câmara Municipal uma polémica que se instalou por causa de um sinal de trânsito em Aldeia da Mata e, como membro da Comissão de Trânsito, disse que desconhece completamente a situação, até porque a última reunião desta Comissão ocorreu em julho onde até foram deliberadas várias alterações, mas que também ainda estão na gaveta.

Em relação à deliberação n.º 9 da ata n.º 1/2012, de 4 de janeiro, sobre um pedido de enquadramento no PDM de um prédio rústico no Crato, em nome dos senhores Pedro e



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Henrique Pereira de Matos, disse que este prédio é a antiga serração e a respetiva horta e que todo aquele espaço vai desde a serração até aos Bombeiros Voluntários do Crato, considerando que seria um bom local para um futuro Multiusos Municipal.

Tomou a palavra o **Dr. Pratas, do PS**, dizendo que é necessário saber quem é que tem a gestão, ou seja, o Executivo Municipal e saber exatamente qual é o papel da Assembleia Municipal, em termos de órgão fiscalizador, pois já se ouviu tantas coisas nesta Assembleia Municipal que disse já não saber quem é que tem a gestão, se é o executivo se é o deliberativo. Disse que tem que haver bom senso para que na realidade as Assembleias Municipais possam produzir aquilo que todos pretendem.

Referindo-se à intervenção feita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal que mencionou a privatização da água e à explicação técnica dada pela senhora Eng.<sup>a</sup> Isabel Pimentel que se relacionou com os projetos para o Concelho do Crato nas condutas de águas e esgotos, mostrou-se preocupado e disse que havendo uma privatização como está previsto, o porquê da Câmara Municipal preparar para um privado as canalizações existentes nas freguesias e qual é o objetivo?

Disse que está de acordo que se sirvam bem as populações, mas sabendo que à partida a privatização da água vai acontecer muito em breve, vai ser aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse e muito bem, há uma falência total da água em termos de domínio público, então a Câmara Municipal está a facilitar-lhes o caminho, dando-lhes de “*mão beijada*” os acessos e disse não entender.

Relativamente às Termas da Fadagosa questionou onde estão os estudos que foram feitos, nomeadamente no Instituto de Geologia e Minas, quer pelo Dr. Martins dos Santos que esteve à frente, durante muitos anos, das termas de Cabeço de Vide, em que o Presidente



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

da Câmara Municipal do Crato era o senhor Manuel Ferreira e socorreu-se desse eminente geólogo, para fazer um estudo sobre as termas de Monte da Pedra, quer inclusivamente do último geólogo que trabalhou para a Câmara Municipal do Crato, Dr. Mário Silva.

Disse que é uma interrogação à qual toda a população deste município quer saber quer obter resposta, pois considera que não se pode passar uma borracha sobre todas essas situações, porque foram gastos milhares de euros, considerando que é pertinente saber quais os critérios e qual é a realidade subjacente a tudo isto.

Tomou a palavra o senhor **Rui Matos Dias, da CDU**, dizendo que o projeto das Termas de Monte da Pedra merece uma breve resenha histórica para permitir clarificar alguns aspetos, e fazer-se uma síntese dos avanços e recuos que entretanto se verificaram ao longo dos anos.

Disse que a informação disponível diz que as Termas funcionaram, pela primeira vez, em 1993, não se sabendo quantos utilizadores tiveram, mas sabe-se que não entrou qualquer verba nos cofres da Câmara Municipal, mas sabe-se que foram gastos catorze mil seiscientos e oitenta e cinco contos. Em 1994, tiveram 211 utilizadores e foram arrecadados três mil setecentos e quarenta e sete contos e gastos seis mil oitocentos e trinta contos. Em 1997, houve 190 utentes, receitas de três mil quatrocentos e sessenta e sete contos e gastos sete mil e noventa e oito contos, ano em que foram encerradas, devido a adulterações na qualidade da água termal, mas também por enfermarem de um erro de nascença, pois nos anos oitenta, não fora acautelada uma questão prévia e importante, como foi o facto de ter sido construído um balneário, em cima da nascente, sem ter sido ouvida a tutela do sector, para resumir os aspetos técnico-científicos.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Disse que até à posse do novo Executivo Camarário, em 2 de janeiro de 1998 e nos primeiros tempos que se seguiram, é desencadeada uma campanha contra o Executivo anterior, como se ele fora o culpado pelo fecho das Termas, acusação refutada e desmentida pela CDU.

Referiu que em maio de 1999, a população de Monte da Pedra é convocada para uma reunião, na Casa do Povo *“para conhecer os projetos para o desenvolvimento de Monte da Pedra”* em que foi apresentado um *“cronograma”* que anunciava a *“abertura prevista”* das Termas *“para JULHO de 2000”*.

Entretanto, no início de 2001, a Câmara começou a deliberar:

- Adjudicação do projeto de ampliação e reestruturação do balneário – 8.500.000 contos;
- Adjudicação do projeto de execução do Hotel Termal, 9.850.000 contos;
- Adjudicação do projeto de execução do estacionamento e acessos às Termas, 6.500.000 contos;
- Cartaz *“foto realista”* do Hotel Termal e Zona Envolvente, com cerca de 2mx1m;

Informou que em 30 de setembro de 2004, porque nada acontecia entretanto, a CDU apresentou na Assembleia Municipal do Crato, proposta para a criação de um Grupo de Trabalho, tripartido, para elaborar um relatório esclarecedor sobre os custos despendidos pela Câmara Municipal no Complexo Termal, as causas do prolongamento do encerramento e qual a data prevista para a reabertura. Esta proposta foi reprovada pelo PS.

Referiu que em agosto de 2005, divulgou o então Presidente da Câmara, Dr. José Correia da Luz, um comunicado em que dizia *“é facto público que a Câmara tem a obra de beneficiação*



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

*dos esgotos em fase de arranque, processo moroso a que foi obrigada, por Lei, a dar cumprimento”, dizendo que foi espanto geral por tal comunicado, uma afirmação que nunca saiu do papel.*

Disse que dois anos depois, em fevereiro de 2007 é divulgado um “aviso”, segundo o qual se informa que o “Plano de Pormenor da Zona de Proteção das Termas da Fadagosa – Monte da Pedra” é colocado “em período de discussão pública por 30 dias, com início 10 dias após a publicação do presente aviso no Diário da República, aos 26 de fevereiro de 2007”.

Disse que algumas ideias peregrinas, foram também levadas à prática, a espaços, como tentar isolar o leito da Ribeira com telas plásticas, mas a água passava-lhe por baixo, ou cimentar uns quantos metros do leito da Ribeira, sobre uma malha metálica que mais parecia a construção duma muralha inexpugnável, mas com resultado semelhante, pois a força da corrente, no inverno, rebentou com o betão. Tudo apenas teve como resultado, deitar à Ribeira, largos milhares de euros.

Disse que com esse comunicado, de 27 de fevereiro 2007, foi encerrada a “telenovela” montada durante dez anos, pelo senhor Correia da Luz, para iludir a população de Monte da Pedra.

Informou que através da Mesa da Assembleia Municipal, em 1 de novembro de 2009, os eleitos da CDU apresentaram dois requerimentos, contendo dez perguntas, ao Executivo Camarário que tomou posse em outubro de 2009.

Em resposta àqueles requerimentos, disse que foi respondido, em fevereiro de 2010, que: “por enquanto não é possível satisfazer ainda os esclarecimentos solicitados, em virtude de se tratar de uma informação integralmente técnica e o Município do Crato não tem atualmente contratualizado o diretor técnico das Termas de Monte da Pedra”.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Disse que a CDU e a população de Monte da Pedra sabem que a situação teve alguma evolução, quanto aos serviços técnicos entretanto adquiridos pela Câmara Municipal, não sabendo se, por esse apoio técnico contratado entretanto, já conseguiu reunir os elementos suficientes para permitirem à Câmara Municipal vislumbrar alguma esperança, quanto à melhoria da qualidade da água termal.

Disse saber que enquanto a rede de esgotos da aldeia não for requalificada, as Termas muito dificilmente terão condições para funcionar com qualidade.

Disse que na página 14 e 15 da informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, é dada informação concreta relativa ao abastecimento de água ao Concelho do Crato e que a água tem sido objeto de profundas preocupações, a nível nacional, numa perspetiva que estará nas intenções do Governo, no sentido da sua privatização.

Disse que o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez chegar a todos, sobre o mesmo assunto, uma informação oriunda do Ministério da Tutela, em resposta a um requerimento que lhe foi remetido pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, sobre as dívidas dos vários Concelhos do Distrito de Portalegre, às Águas do Norte Alentejano e dessa informação do Ministério, ressalta que o Concelho do Crato, está entre aqueles que menos deve às Águas do Norte Alentejano, entre os dezasseis concelhos constantes da lista dos devedores.

Relativamente ao Concelho do Crato, disse já ter dito, não sendo verdade, que a Câmara Municipal do Crato, quando este Executivo chegou ao poder, que uma das primeiras coisas que fez, foi *“aumentar a água fornecida à população”*, ocultando a alteração da qualidade, para melhor, essa sim, uma das primeiras decisões tomadas.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Disse que quem faz essa afirmação, esquece que, durante doze anos, nada se fez criminosamente, para melhorar a qualidade da água. É que, em 2008, aumentou o custo da água, entre 31,8% e 89,9%, sem lhe acrescentar qualquer nível de qualidade, não foi cumprido o compromisso assumido com as Águas do Norte Alentejano, cuja criação aplaudiu, quando o Ministério de José Sócrates lançou as primeiras bases sobre privatização da água.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, **Celestino Marques Faustino**, dirigindo-se à senhora Eng.<sup>a</sup> Isabel Pimentel disse que a Junta de Freguesia também tinha uma proposta para a drenagem do cemitério paroquial, elaborada pela empresa Urbigav que acompanhou o ofício n.º 12, de 17 de março de 2011 dirigido ao senhor Presidente da Câmara Municipal e que eu tinha assistido à elaboração com o engenheiro civil e o gerente ou diretor da mesma empresa, convidando à senhora Eng.<sup>a</sup> Isabel Pimentel a ir à Junta de Freguesia no dia seguinte para poder consultar a proposta.

Afirmou que este ofício enviado ao senhor Presidente da Câmara Municipal do Crato talvez se tivesse perdido como os outros quarenta e um ofícios que enviou.

Referindo-se ao documento n.º 12 da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, que é uma fotocópia do ofício n.º 3, de 18 de janeiro findo, da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, sobre a não aceitação do Protocolo de Colaboração e sobre um estudo geológico no cemitério paroquial disse que, a Junta de Freguesia que preside nunca solicitou aquele estudo, mas sim um apoio financeiro para uma drenagem no cemitério ou a execução da obra como consta da proposta da Urbigav.

Disse que, também consta do mesmo ofício, que foram ouvidos os membros da Assembleia de Freguesia e não só, também muitos eleitores já com muita experiência de



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

vida, sendo que a maioria absoluta não concordou com o referido estudo e como se vive em democracia disse respeitar as opiniões daqueles que os elegeram.

Disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal continua a não cumprir a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, os Estatutos dos Eleitos Locais, nos seus deveres, nomeadamente as alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 4.º, por não observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos atos por si praticados, cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais no âmbito das suas competências e o mais grave não atua com justiça e imparcialidade, o Código do Procedimento Administrativo e o n.º 2 do artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, por discriminar por convicções políticas a Junta de Freguesia.

No final do referido ofício disse que solicitou que a importância que iria ser despendida no referido estudo, fosse atribuída à Junta de Freguesia como apoio financeiro para que se possa iniciar a obra de drenagem, sendo objetivo da mesma concretizá-la até ao final do mandato, apesar de ser a Freguesia que menos recebe do Fundo de Financiamento das Freguesias, no distrito de Portalegre, como já afirmou várias vezes.

Disse também que o senhor Presidente da Câmara referiu que a Junta de Freguesia de Vale do Peso irá financiar a obra da Casa Mortuária com cinco mil euros, mas não disse que este ano a mesma irá receber quarenta e sete mil euros do Fundo de Financiamento das Freguesias e Flor da Rosa apenas vinte e três mil euros.

Para finalizar disse ao senhor Presidente da Câmara Municipal para incluir na ordem do dia das reuniões da Câmara, não só o ofício deste pedido de apoio, como todos os outros, como é seu dever democrático e cumprimento das Leis em vigor, para que a oposição democrática possa debater e votar as deliberações, pois a mesma foi eleita por sufrágio





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

universal e direto dos eleitores do Município, dizendo que o senhor Presidente da Câmara Municipal tem medo de ser derrotado pela mesma, tendo já provado a defesa da democracia e da constituição, conforme consta nas atas das reuniões da Câmara.

Referiu que o senhor Presidente da Câmara Municipal não precisa de dizer para ir para tribunal, pois como afirmou numa sessão anterior, Flor da Rosa tem um tribunal que é o povo para julgar.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que está farto de ouvir dizer que está a violar normas legais, recomendando a essas pessoas e eleitos que façam uma participação às instituições competentes para apreciar e julgar tais situações.

Disse ter vindo para o Crato para exercer as funções que lhe competem para ajudar o desenvolvimento do Concelho, criando melhores condições de vida para as populações, não para fazer “politiquices”.

Disse que relativamente à venda de lotes, a Câmara Municipal está a proceder em conformidade com o Regulamento Municipal de Alienação dos Lotes Municipais para Promover a Habitação no Concelho do Crato, aprovado por esta Assembleia Municipal, tolerando que haja discordâncias e chamando a atenção que a Câmara suporta uma parte significativa dos custos desses lotes. Disse, devido a atual crise, pretende-se fazer uma alteração no sentido de facilitar ainda mais as pessoas na compra dos lotes, aumentando-se os benefícios relativamente ao que tinha sido aprovado anteriormente.

Disse que haveria também a possibilidade da Câmara Municipal recuperar algumas habitações degradadas, mas o valor da compra das mesmas, em estado avançado de degradação, é superior ao valor dos lotes que estão para venda.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Disse que como foi referido que existe um loteamento municipal no Crato, mas o mesmo não é do seu conhecimento e irá informar-se, pois existem muitos documentos que desde que tomou posse como Presidente da Câmara Municipal do Crato, ainda não conseguiu ter acesso porque pura e simplesmente não aparecem.

Explicou que houve um engano, relativamente ao Boletim Municipal, ou seja, não foram produzidos cinco mil exemplares mas sim três mil.

Disse que é dever da Câmara Municipal e do seu Presidente tornar público, todas as decisões de Câmara e fá-lo através de edital com as respetivas votações de cada eleito, cumprindo assim a Lei.

Sobre a questão dos caulinos disse que ainda não tinha mais informações sobre este assunto.

Relativamente ao Jazz disse que a Filarmónica do Crato foi convidada para assistir ao concerto e que estiveram presentes alguns alunos dessa instituição, não significando que não se tenha em conta a chamada de atenção que foi feita por um membro da Assembleia Municipal.

Relativamente ao Regulamento de Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos no Concelho do Crato, disse que apenas respeita e cumpre a Lei tornando público as deliberações e votações dos respetivos eleitos, independentemente das forças partidárias que representam.

Relativamente às ordens de trabalhos do executivo camarário disse já ter dado informação e que procede de acordo aquilo que considera ser o melhor e de acordo com a Lei. Disse que se existem opiniões diferentes que se recorra a quem de direito.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Informou que a Câmara Municipal solicitou sugestões para as Grandes Opções do Plano as quais não chegaram.

Disse que não vai permitir que a atividade da Câmara Municipal seja prejudicada e que se alguém considera que o Presidente da Câmara está a desrespeitar normas, então que proceda como deve ser, pois para diferença de opiniões existe alguém de direito que decide o que está correto.

Relativamente à questão da água foi dito que se houver privatização o porquê de se fazer melhoramentos na rede e esclareceu que isso é uma vontade do Governo e não da Câmara Municipal e que, se vier acontecer, a Câmara vai lutar para que receba aquilo que já investiu, pois não é justo o Município do Crato fazer investimentos nessa área e depois não ser recompensado.

Disse que a Câmara Municipal irá aproveitar fundos comunitários para a realização de tais obras que considera imprescindíveis para a saúde e qualidade de vida das populações.

Em relação aos estudos das Termas de Monte da Pedra disse que, se alguém tiver conhecimento onde estão os estudos anteriores que informe a Câmara Municipal, pois tal como aconteceu com outros documentos e estudos, desapareceram.

Disse que relativamente às Termas de Monte da Pedra, a Câmara Municipal está a fazer reuniões com quem de direito, no sentido de dar andamento a este processo, apesar de não haver grande divulgação das diligências feitas, pois a população será informada na devida altura.

Tomou a palavra a Técnica Superior da Câmara Municipal, **Eng.ª Eduarda Subtil**, dizendo que quando chegou à Câmara tentou fazer um levantamento de toda a informação



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

existente sobre as Termas de Monte da Pedra, e que esse levantamento ainda não está terminado, a informação encontra-se dispersa e alguma é inexistente.

Disse que como reforço tem o apoio do seu professor, que também ele já trabalhou nas termas, o Prof. José Paulo Monteiro da Universidade do Algarve, que tem sido uma grande ajuda.

Informou que tem tido várias reuniões com o Ministério e o que está a ser feito atualmente é uma análise mensal da qualidade das águas, com o apoio do Ministério da Direção de Geologia e Energia, e sugerida pelo mesmo e que está para breve um estudo hidrogeológico, para saber da viabilidade de abertura de um 2.º furo.

Disse que ao longo dos tempos as medidas que foram tomadas não tiveram sucesso, desde a impermeabilização do leito com tela, agora com cimento, não tem tido solução alguma e que, por alguma informação que recolheu, tem conhecimento que já se abriu e fechou 6 furos, ou seja, as medidas que se tomam tem sido tentativa/erro e não é isso que se pretende. O que se pretende é manter a qualidade da água, ter um recurso natural eficiente e com viabilidade económica, para poder ser utilizada por todos. Disse que é um bem precioso, está mais que provado que faz bem à saúde e é preciso trabalhar bastante para tentar recuperar o recurso natural que está à disposição.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que na sua intervenção não acusou o senhor Presidente de não cumprir a lei, entende é que a possibilidade que a lei profere, o Senhor Presidente deveria fazer isso. Disse que respeita a sua opinião e vice-versa, dizendo que algumas coisas são desilusões nomeadamente à sua responsabilidade, não do Dr. Teresa Ribeiro, mas de Presidente da Câmara, relativamente às expetativas que



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

lhe coloca, mas considera que está a gerar também algumas expectativas de pessoas que votaram em si.

Disse que aprecia muito que o povo, bem ou mal não interessa, não fazendo juízos de valor sobre o assunto, eleja e vote, obviamente, que isso não põe em causa a dinâmica de confrontar projetos, de ir a votos e de perder e ganhar.

Referiu que pode discordar do senhor Presidente da Câmara e entender que na sua ótica, aquilo que faz pelo Concelho não é o que deveria ser feito, mas isso não põe em causa a sua honestidade.

Voltando ao assunto da água disse na sua intervenção anterior teria dito que os prejuízos que a água está a dar poderiam ser negociados com as águas do Norte Alentejano, pois esta empresa está a levar o que não deve.

Relativamente à dívida disse que em matéria de investimento nesta Câmara, para desenvolver o concelho, o senhor Presidente da Câmara Municipal tem o seu acordo total e que o endividamento, quando é para o desenvolvimento do Concelho do Crato, não é posto em causa, mas investimento para descontrolo da gestão, isso sim, é contra.

Disse ter algumas dúvidas relativamente ao estudo a fazer sobre o cemitério de Flor da Rosa, ou seja, talvez se vá gastar dinheiro e depois não resultará em nada, situação que se poderia resolver talvez de outra forma e com menos custos.

Tomou a palavra o senhor **José Mendes Fura**, dizendo que uma vez que está em curso a obra de requalificação de Flor da Rosa, no que respeita ao saneamento de águas e esgotos, questionou se está contemplado no projeto, a colocação de grelhas para escoamento de águas pluviais na zona da Igreja da Nossa Senhora das Neves, uma vez que nunca houve



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

o cuidado de acautelar a drenagem dessas águas, acarretando uma série de prejuízos para a própria igreja no que respeita a humidades interiores.

Tomou a palavra o senhor **Rui Matos Dias**, dizendo que recorrentemente se ouve nesta Assembleia Municipal um Presidente de Junta dizer que a sua Freguesia é a que menos recebe, fazendo parecer que é a Câmara Municipal que é responsável por isso, referindo que é do conhecimento público que o que cada Freguesia recebe é 45% em função da área, 45% em função do número de eleitores e 10% igual para todas.

Relativamente ao cemitério de Flor da Rosa, considera que o eleito António Rodrigues Lopes fez uma apreciação do assunto com alguma ligeireza e disse que a questão é bastante séria.

Disse que um cemitério tem uma função social e implicações sanitárias e não é um depósito de cadáveres, nem os corpos vão para lá “*tomar banho*”. Disse que o espaço de construção tem de ser totalmente surribado e não pode sofrer infiltrações de águas, pois nesse caso, os corpos levam muitos anos até serem consumidos, levando ao esgotamento do espaço e podendo até dar origem a situações de saúde pública.

Disse que em França já se verificou, há vários anos atrás, em que uma aldeia teve que ser evacuada, por causa da não consumação dos corpos no cemitério local.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que apesar de falar e fazer pedidos a pessoas do PPD/PSD é mais fácil ser o Prof. Rodrigues Lopes a fazê-lo, uma vez que é do partido do Governo, no que diz respeito à resolução de alguns problemas do Concelho do Crato.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Agradeceu a questão levantada pelo membro José Maria Fura em relação à colocação de grelhas para escoamento de águas pluviais na zona da Igreja da Nossa Senhora das Neves, solicitando uma breve intervenção sobre este assunto, à Eng.<sup>a</sup> Isabel Pimentel.

Tomou a palavra a Técnica Superior da Câmara Municipal, **Eng.<sup>a</sup> Isabel Pimentel**, dizendo que em relação ao cemitério é imprescindível a realização um estudo e relativamente à colocação de grelhas para escoamento de águas pluviais na zona da Igreja da Nossa Senhora das Neves, disse que não estavam previstas mas que esta situação já está equacionada e a ser avaliada, para que possa ser resolvida a recolha das águas pluviais, mesmo não sabendo se o resultado será o desejável.

Tomou a palavra o senhor Vereador da Câmara Municipal, **Dr. Fernando Gorgulho**, dizendo que os projetos ou os contratos assinados no passado não podem ser anulados de qualquer forma como foi referido anteriormente, como por exemplo o contrato assinado com as Águas do Norte Alentejano.

Relativamente à obra de Flor da Rosa, referiu que até agora tem havido, em gráfico, na medição dos caudalímetros que estão nos caudais que se encaminham para as ETARES, tem havido uma medição que tem como referência os caudais de projeto e os caudais mínimos. Disse que era importante reencaminhar as águas pluviais ou então caso contrário todos têm que as pagar.

Informou que no dia 26 de janeiro, em conjunto com a Eng.<sup>a</sup> Eduarda Subtil, participaram numa reunião com as Águas do Norte Alentejano em que foi sugerido que os quinze municípios adiram a uma situação contratual que estava prevista nos contratos que se assinaram no passado em que se encontre uma média para pedir os tais caudais na



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

entrada das ETARES e como há uma disparidade entre um município que tem tudo resolvido porque já fez obras, e outro município dos quinze que não fez nada.

Disse que o que vai começar a ser apresentado com a participação da ERSAR e dos estudos é que a partir de agora se vai criar uma linha intermédia entre o caudal de projeto e o caudal mínimo, mas não se vai pagar mais o caudal mínimo, vai-se passar a pagar um caudal que é calculado em função da época de verão, ou seja, os meses de junho, julho, agosto e setembro, depois o que o gráfico der abaixo disso, paga-se o que está abaixo e o que der acima paga-se o que está acima, sendo a média apenas uma referência.

Conclusão, olhando para o gráfico, perceber-se-á que nos quinze municípios, só um, por um erro que depois foi analisado, há catorze onde imediatamente a linha azul da média, sobe todas, ou seja todos vão deixar de pagar os caudais mínimos e todos vão passar a pagar aqueles que forem calculados naqueles quatro meses de verão.

Disse que na referida reunião interveio dizendo que nem todos os municípios tiveram esta preocupação quando assinaram os contratos, ou seja, não fizeram as tais obras de infraestruturas para prever a separação das águas pluviais dos esgotos e obteve como resposta que era mesmo assim, como estímulo àqueles que se preocuparam. Considera ser um prémio para aqueles que se preocuparam com esta matéria, dizendo que está muito satisfeito e muito orgulhoso que no Município do Crato, seja a freguesia de Flor da Rosa a ter essa separação e em relação às outras freguesias que não tenham esta separação o município irá pagar.

Relativamente ao projeto do cemitério de Flor da Rosa disse que como pode alguém criticar querer-se fazer um estudo sobre uma coisa que se duvida e que, quer seja para o cemitério de Flor da Rosa, quer seja para o estudo das águas pluviais de Flor da Rosa não é





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

preciso estudar muito, dando como exemplo o caso da localização das estações elevatórias do leito da ribeira de Monte da Pedra. Disse não é preciso ser-se uma pessoa muito formada para se perceber que não estão bem, tal como a localização da ETAR de Monte da Pedra e disse que o relatório apresentado pelo senhor Rui Matos Dias é um relatório que deixa muitas preocupações.

Disse que num ano se colocou umas telas caríssimas em cima do leito de um rio e no outro arrancaram-se porque estavam todas rotas. De seguida colocaram toneladas de betão de impermeabilização depois este betão levantou vinte centímetros.

Referiu que o assunto do cemitério é tratado com a máxima seriedade porque considera que não se deve brincar com coisas que não se conhecem e que há uma seriedade da parte da Câmara Municipal e se o problema for simples, assume-se que o problema é simples, mas só depois dos técnicos darem a sua informação.

Disse que o problema foi levantado numa reunião que se realizou em Flor da Rosa para a população dar os seus contributos para as Grandes Opções do Plano e onde um munícipe disse que em doze anos a única coisa que se fez na Freguesia foi a inauguração de uma carroça.

#### **2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para 2012;**

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que o Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para 2012 são praticamente os mesmos que esta Assembleia Municipal rejeitou na sessão ordinária de 16 de dezembro,



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

uma vez que os eleitos que votaram contra não apresentaram propostas concretas para se proceder às referidas alterações.

Disse que, tendo em conta a desconfiança relativamente à ocupação de alguns lugares que estão no Mapa de Pessoal, apesar da sua garantia do não preenchimento dos lugares, ou seja, dos chefes de divisão, enquanto não sair a nova legislação sobre o Poder Local, informou que faz parte da última deliberação de Câmara em relação ao Mapa de Pessoal: *“aprovar o não preenchimento dos três lugares de chefe de divisão...até à publicação de nova legislação sobre esta matéria que segundo o Documento Verde da Reforma da Administração Local, será apresentado à Assembleia da República no 2.º semestre do ano de 2012”*.

Referiu que o facto de os lugares virem inseridos no Mapa de Pessoal para 2012 deve-se a questões de ordem legal, tal como a respetiva orçamentação, estando à consideração da Assembleia Municipal a aprovação ou não, destes documentos tendo a mesma toda a legitimidade para os rejeitar, assumindo as respetivas consequências.

Tomou a palavra o senhor **Rui Matos Dias, da CDU**, dizendo que atendendo à perspetiva de trabalhos essenciais que a Câmara Municipal está a programar e recuando alguns argumentos que levaram a não aprovar o Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012 em 16 de dezembro de 2011, lamentou que o senhor Presidente da Câmara Municipal tenha optado por levar à aprovação da Câmara Municipal o ponto n.º 2 da deliberação do Orçamento que está contido na página 32 da ata n.º 2/2012, de 18 de janeiro da Reunião de Câmara que diz: *“aprovar o não preenchimento dos três lugares de chefe de divisão...até à publicação de nova legislação sobre esta matéria que segundo o Documento Verde da Reforma da Administração Local, será apresentado à Assembleia da República no 2.º semestre do ano de 2012”*.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Disse que a não aprovação do Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012 tem sido, em grande parte baseado, no “cavalo de batalha” de que senhor Presidente da Câmara e que a Câmara Municipal quer admitir três chefes de divisão.

Disse que a Técnica Superior da Câmara Municipal já explicou a toda a Assembleia Municipal que a Lei assim o determina e questionou o porquê este argumento poderá ser suficiente para a não aprovação do Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012.

Disse que os eleitos da CDU iriam votar favoravelmente porque assumem a responsabilidade e defendem os interesses deste Concelho.

Tomou a palavra o **Dr. Pratas, do PS**, dizendo que relativamente ao facto do senhor Presidente Câmara dizer que não ocupará os três lugares de chefes de divisão considera que há grandes contradições e que os eleitos do PS são coerentes com as posições tomadas no passado e no presente e que têm o bom senso de referir determinadas contrariedades.

Disse que o “Documento Verde da Reforma da Administração Local” baseia-se em quatro eixos fundamentais e o eixo 4 é o que se refere à Democracia Local e que toda a legislação irá ser inevitavelmente revogada. Relativamente ao Município do Crato que tem menos de dez mil eleitores disse que irá haver um corte a nível de vereadores e outros eleitos locais, haverá provavelmente um reforço a nível dos poderes de fiscalização da Assembleia Municipal sobre o Executivo Municipal, mas o que considera premente no que se verifica em relação aos lugares de chefes de divisão, é onde a Lei diz que o novo critério para a determinação do número máximo de dirigentes municipais de acordo com a tipologia de Municípios, ou seja, até 5 mil habitantes, um chefe de divisão.

Disse que é do conhecimento público todo o cronograma desta situação mas não se sabe exatamente como vai terminar, não se sabendo o que realmente o Governo ou a



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Assembleia da República irão legislar. Considera que existe uma certa contrariedade entre a legislação que neste momento está em vigor e a legislação que daqui, possivelmente até junho, irá entrar em vigor e todas estas situações serão alteradas.

Relativamente à proposta de Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para 2012, trazida pela segunda vez à Assembleia Municipal, disse não haver qualquer alteração excetuando a rubrica do Orçamento, a 15.º em relação à introdução das reposições não abatidas nos pagamentos. No entanto, disse ter conhecimento e de acordo com a Lei a proposta de Orçamento, sabe que não poderia ser alterada pela Assembleia Municipal.

Disse que a Câmara Municipal poderá aceitar ou não as sugestões feitas pela Assembleia Municipal quando sejam devidamente fundamentadas.

Disse que não entende o porquê do senhor Presidente da Câmara Municipal trazer à coação a declaração de voto dos eleitos do PS e do PPD/PSD, pois considera que a declaração de voto do grupo político que representa está devidamente fundamentada.

Disse que há uma separação e uma distinção de poderes, ou seja, nem o senhor Presidente da Câmara Municipal nem o Executivo tutela a Assembleia Municipal e vice-versa, dizendo que o grupo do PS é livre de expressar as suas opiniões, fundamentando-as e não aceitam que o senhor Presidente da Câmara venha dizer que *"a fundamentação reverte-se em observações genéricas, vagas, não concretizadas, que não apresentaram nenhuma sugestão devidamente fundamentada"*, pois não tutela a Assembleia Municipal.

Disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal ao referir que a declaração de voto dos eleitos do PS não é correta e é infundada e quando alega a existência de dúvidas técnicas que deveriam ter sido apresentadas e explicitadas concretamente na Assembleia



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Municipal, vem comentar a declaração de voto e considera que tem que haver seriedade nos políticos, dizendo que não interessa apenas falar mas sim praticar.

Disse que o Mapa de Pessoal é anacrónico e não reflete, antes viola o memorando da TROIKA, no que se refere ao Poder Local.

Disse que os eleitos do PS são coerentes nas suas opiniões, ou seja, na declaração de voto que apresentaram estão explanados os fundamentos que entendem serem suficientes e cruciais numa situação destas e que o senhor Presidente do Órgão Executivo acatará ou não esta decisão e não sendo o órgão da Tutela os eleitos do PS irão continuar a pugnar pela sua fundamentação e com declaração de voto.

Tomou a palavra o **Prof. Miguel Batista, do PS**, dizendo que esta matéria poderia ser resolvida se houvesse a coragem do Executivo fazer o mesmo que é feito na Câmara Municipal de Nisa e em Portalegre, apresentando os dois documentos em separado mesmo colocando algumas interrogações se será legal ou não. Referiu que não tem conhecimento de ter havido repercussões nenhuma relativamente a essa opção e de serem penalizadas devido ao facto de terem levado à votação das Assembleias Municipais o Orçamento em separado do Mapa de Pessoal.

Disse que se essa opção fosse praticada na Assembleia Municipal do Crato, talvez houvesse condições para haver Orçamento e o Mapa de Pessoal poderia ficar para discussão e assim não haveria o ónus de se vir a dizer que não há Orçamento e que não se consegue governar.

Relativamente ao Mapa de Pessoal disse ter verificado na referência 52, que se refere ao Gabinete Técnico Florestal, aos elementos da Prevenção e Proteção da Floresta contra



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Incêndios, onde estão previstos 33.832 mil euros e questionou se essa verba é para o contrato vigente e se o mesmo termina ou não no final do ano de 2012.

Disse não ter visto nenhuma verba prevista para esta equipa para os próximos anos e questionou o que a Câmara Municipal está a pensar fazer em relação a esses trabalhadores, dizendo que os mesmos estão a desenvolver um bom trabalho nomeadamente na limpeza de muitos terrenos, bermas de estradas e proteção contra os incêndios.

Disse que uma vez que na última reunião da Assembleia Municipal não obteve algumas respostas, questionou o que a Câmara Municipal está a pensar fazer relativamente aos edifícios escolares devolutos, qual é a ideia em relação ao multiusos, que muralhas vão ser recuperadas no Crato, o que se pretende fazer na via Crato/Flor da Rosa, o que se pretende para o Parque de Lazer do Crato e possível espaço para a Feira de Artesanato e Gastronomia, ou seja, para onde vai, sendo que poderá ser o princípio do fim do sucesso do Festival do Crato, tendo em conta que o Crato tem um dos melhores locais festivaleiros onde nem sequer há pó e qualquer grande festival não reúne as condições que o do Crato reúne.

Relativamente ao Centro de Saúde disse que a verba prevista no Orçamento aumentou de um milhão para um milhão e duzentos mil euros e questionou o porquê.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que relativamente ao Mapa de Pessoal e no quadro das preocupações deste Concelho, é seu entendimento que tem que haver uma contenção, a qual está no espírito da proposta do Executivo Municipal, mas com uma contradição, quando diz que aprova o não preenchimento dos três lugares



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

de chefes de divisão até à publicação de nova legislação sobre esta matéria, o que considera absurdo.

Disse que o Orçamento é a preocupação dos eleitos do PPD/PSD porque desde a tomada de posse e, desde o primeiro Orçamento, têm alertado para a necessidade de inverter as atitudes, as formas e as metodologias deste Executivo, contrariamente ao anterior, e se nalgumas coisas isso foi feito, considera que no Orçamento não.

Disse que o PPD/PSD não tem responsabilidade dos problemas criados nos anteriores Executivos e a CDU também não e, portanto, considera que é necessário acautelar o futuro invertendo a metodologia daquilo que são os interesses pelo desenvolvimento do Concelho.

Disse que em termos políticos, se o PS lhe interessa *“atirar areia para os olhos”* por aquilo que não fez, pelos problemas que criou ao Concelho, em termos futuros, referiu não ser essa a atitude do PPD/PSD.

Disse que os eleitos do PPD/PSD querem reativar energias para compensar e recuperar alguma coisa que ainda é possível, considerando que é esta a dinâmica do atual Executivo, mas que seja coerente e que aceite as lógicas dos partidos da oposição.

Disse que em termos de metodologia é necessário, para além do cumprimento da Lei, na consulta das oposições, que haja uma estratégia de um trabalho de equipa, para que dúvidas que surjam sejam esclarecidas, tornando-se numa aprendizagem proactiva.

Disse que na elaboração de Orçamentos, não tem a experiência que o senhor Presidente da Câmara Municipal tem, mas que em determinadas situações concretas só os técnicos podem ajudar e, com base nessa ajuda, as coisas ficam mais claras, pois considera que são vagas e com falta de transparência.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Disse que, na sequência da última reunião, constatou haver algumas alterações em relação ao Orçamento e considera que se deveria ter procedido de igual forma, relativamente a outros tópicos, o que não aconteceu.

Referindo-se ao Capítulo VI disse que, o mesmo não expressa clareza, não existindo objetividade, existem termos vagos e que, em cada classificação, aparece sempre a designação de “Outros”, a qual não especifica que outros são.

Disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal acusa os eleitos do PPD/PSD de apresentarem declarações de voto que não contêm propostas concretas, quando na realidade o mesmo apresenta um Orçamento, que em termos metodológicos, nada tem de concreto, dizendo que se o documento apresentado fosse mais clarificado e se constatassem que nele estava plasmado o desenvolvimento do Concelho, com toda a certeza, os eleitos do PPD/PSD votariam favoravelmente.

Tomou a palavra a **Dr.ª Alda Grácia, do PPD/PSD**, dizendo que os eleitos do PPD/PSD verificaram que o Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para 2012 rejeitado na Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2011, voltaram novamente à apreciação do órgão deliberativo sem nenhuma alteração.

Disse que neste sentido, e após o chumbo consecutivo em 2011, o PPD/PSD apresentou uma proposta base de trabalho, com vista a aprovação do Mapa de Pessoal e respetivo Orçamento, o que aconteceu em abril de 2011.

Referiu que à data, a mesma proposta consistiu na aprovação de dois chefes de divisão, ou seja, Divisão Administrativa e Financeira, e Divisão Técnica de Obras. Para a Divisão Técnica de Obras foi ainda especificado que, se o nomeado fosse na área de formação de arquitetura, se admitiria um Eng.º Civil e vice-versa.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Disse que depois de terem analisado novamente este Orçamento, verificaram que, dez meses depois, é colocada à apreciação um documento completamente diferente e que, à luz deste princípio e em conformidade com as orientações políticas e os valores do PPD/PSD e, particularmente, deste grupo de eleitos, disse que se encontram impossibilitados de viabilizar o documento em apreço.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, referindo-se aos dois exemplos dados pelo Prof. Miguel Batista, nomeadamente o das Câmaras Municipais de Nisa e Portalegre, disse que o Orçamento e Mapa de Pessoal que estão em vigor em Nisa são da responsabilidade dos eleitos do PS e do PPD/PSD, porque a CDU está em minoria e votou contra estes documentos.

Disse que há quem considere que um executivo exerça as suas funções, mas de acordo com as opções políticas da oposição.

Disse que o PS, em termos legais, não cumpriu o Estatuto do Direito de Oposição quando convocado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, não comparecendo à reunião nem dando os seus contributos e que cada um tem que assumir as suas responsabilidades.

Informou que relativamente ao Orçamento da Câmara Municipal de Portalegre, o mesmo foi aprovado porque a filosofia que se pratica lá não é a mesma daquela que se pratica na Assembleia Municipal do Crato.

Disse que as pessoas devem assumir as suas posturas e nunca esquecer do que lhes acontece na vida, pois o que está em causa é uma questão política e não tem a ver com o desenvolvimento e, na votação do Orçamento e Mapa de Pessoal para 2011 lembrou a discussão que houve sobre a questão de se votar os dois documentos em conjunto ou



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

separados, ficando ao critério desta Assembleia, porque independentemente da forma de votação, há depois a questão jurídica, pois uma coisa inviabiliza a outra.

Tendo em conta todos os cortes do Governo para as autarquias locais, considera que este Executivo Municipal tem sido muito heroico, pois sem ter feito nenhum empréstimo já comprou máquinas de trabalho novas, está a substituir toda a tubagem da canalização do Concelho, arranjos das estradas municipais, etc.

Disse que o que está em causa é um documento com as opções políticas da maioria que gere a Câmara Municipal e que a Assembleia Municipal, com toda a legitimidade pode rejeitar, assumindo essa postura.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que a Assembleia Municipal tem toda a legitimidade para rejeitar o Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012 mas, tem também de assumir as respetivas consequências, sejam elas positivas ou negativas.

Disse que se qualquer eleito tem o direito de expressar a sua opinião sobre os documentos que a Câmara Municipal apresentou e que esse mesmo direito também é conferido ao Presidente da Câmara, para contestar e criticar declarações de voto apresentadas como justificação da intenção de voto de cada um, críticas essas que são sempre feitas de acordo com normas legais.

Referiu que quando diz que não está de acordo com as declarações de voto apresentadas, é porque considera que as mesmas não apresentam propostas concretas que pudessem ser apreciadas pela Câmara Municipal, assumindo-as e integrando-as, quer no Mapa de Pessoal quer no Orçamento, considerando-as incorretas à luz da legislação vigente.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Disse que a não aprovação do Orçamento irá complicar a gestão da Câmara Municipal, como que é do conhecimento público e pode colocar em causa a execução de alguns projetos. Disse que os eleitos que votam contra o Orçamento têm que ser responsabilizados, pois se as obras previstas não forem executadas, a culpa depois não é, com toda a certeza, do Presidente da Câmara que garantiu que mesmo assim vai continuar a trabalhar como é seu dever.

Relativamente ao Centro de Saúde disse que o mesmo ainda não está feito, porque alguém não quer, apesar das diligências feitas pela Câmara Municipal para a execução da obra em causa.

Em relação à Feira de Artesanato e Gastronomia disse que as mudanças já anteriormente previstas para este evento vão no sentido de melhorar e nunca prejudicar.

Disse que em relação a vários projetos que estão contidos nas Grandes Opções do Plano, os mesmos tem a respetiva classificação correspondente no Orçamento, mas é necessário saber-se fazer a leitura correta do conjunto dos documentos, sendo que está disponível para esclarecer qualquer dúvida de qualquer eleito.

Referiu novamente que a esmagadora maioria dos projetos previstos nas GOP só terão execução física se houver fundos comunitários.

Desafiou os eleitos da Assembleia Municipal a dizerem em concreto o porquê de não votarem favoravelmente o Orçamento e o Mapa de Pessoal para 2012 e, se não estivessem de acordo com qualquer lugar do Mapa de Pessoal, que dissessem concretamente quais são os lugares que não deveriam constar neste documento.

Disse que é normal que os eleitos da Assembleia Municipal não estejam de acordo com todos os projetos e ações previstos e questionou os mencionados eleitos quais eram os



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

projetos e ações que constam nas Grandes Opções do Plano e que não deveriam constar e quais são os projetos e ações que não estão nas GOP e que deveriam estar.

Relativamente ao Orçamento, questionou quais as verbas que não deveriam constar para financiar ou suportar o desenvolvimento ou a realização física de ações e projetos constantes das GOP, pois só assim a Câmara Municipal pode proceder a alterações aos documentos em apreço.

Disse que na última deliberação de Câmara relativa ao Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012 foi acrescentado o ponto 2 no qual está explanado *“aprovar o não preenchimento dos três lugares de chefe de divisão...até à publicação de nova legislação sobre esta matéria que segundo o Documento Verde da Reforma da Administração Local, será apresentado à Assembleia da República no 2.º semestre do ano de 2012”*, porque em intervenções havidas anteriormente, os lugares já estavam preenchidos e para por fim a essas dúvidas está expresso nessa deliberação que esses mesmos lugares não vão ser preenchidos.

Disponibilizou-se para esclarecer qualquer dúvida que os membros da Assembleia Municipal considerassem pertinente.

Tomou a palavra a Técnica Superior da Câmara Municipal, **Dr.ª Maria Gomes da Costa**, dizendo que a questão relacionada com a votação do Orçamento e Mapa de Pessoal serem ou não votados, em conjunto ou em separado, já foi bastante discutido nesta Assembleia Municipal sendo informado que o Mapa de Pessoal é um documento que faz parte integrante do Orçamento, tendo sido sempre esta metodologia que a Câmara Municipal do Crato adotou, quer neste mandato, quer no mandato anterior.

Relativamente aos exemplos dados em relação a outras Câmaras Municipais, disse que no caso da Câmara Municipal de Portalegre, esta votou os documentos em separado na



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Reunião de Câmara, mas na sessão da Assembleia Municipal o documento foi votado como um só, pois é isso que está previsto na Lei em vigor.

Relativamente às Divisões, lembrou que foi nesta Assembleia Municipal que se aprovaram as três Divisões e, portanto os Serviços quando elaboram o Mapa de Pessoal, elaboram-no conforme as deliberações, quer do órgão executivo, quer do órgão deliberativo.

Informou que esteve presente numa reunião com o senhor Presidente da Câmara Municipal em que o Presidente da Concelhia do PPD/PSD se comprometeu a aprovar uma alteração ao Orçamento caso a tutela, neste caso a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, se pronunciasse sobre a obrigatoriedade de previsão do lugar de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social no Mapa de Pessoal.

Referiu que os serviços já tinham esse entendimento *à priori* mas, ainda assim, solicitaram informação aos órgãos da tutela que confirmaram a obrigatoriedade da previsão do lugar de Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social no Mapa de Pessoal de 2012.

Relativamente ao Mapa de Pessoal disse que as despesas com o pessoal para o ano de 2012 têm uma diminuição em cerca de trezentos mil euros, em relação ao Mapa de Pessoal de 2011, tendo em conta vários mecanismos, nomeadamente, a cabimentação dos lugares de chefes de divisão.

Disse que quando os Orçamentos não são aprovados na Assembleia Municipal, voltam aos serviços, para serem analisadas as questões técnicas, referindo que o n.º 6 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro estipula o seguinte: *“a Proposta de Orçamento apresentada pela Câmara Municipal não pode ser alterada pela Assembleia Municipal e carece da devida fundamentação quando rejeitada, mas a Câmara deve acolher sugestões feitas pela Assembleia*



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### **Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

*quando fundamentadas salvo se aquelas informarem de previsões de factos que possam ser considerados ilegais”, e, portanto, os serviços quando lhes é remetida a documentação analisam as questões técnicas. Neste caso concreto os serviços não conseguem perceber quais são as questões técnicas colocadas, pois estas já foram discutidas e informadas em anteriores sessões da Assembleia Municipal, por várias vezes, estando no entanto, os técnicos sempre ao dispor para explicar qualquer questão técnica e não política, que os membros deste órgão pretendam ver esclarecidas.*

Tomou a palavra a Técnica Superior da Câmara Municipal, **Dr.ª Sónia Carrilho**, dizendo que existe uma confusão, na leitura dos documentos previsionais, e que os mesmos são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano (GOP) que, por sua vez, as GOP são constituídas pelo Plano Plurianual (PPI) de Investimento e pelas Atividades Mais Relevantes.

Dando um exemplo disse que a leitura dos documentos tem que ser feita em conjunto, senão não existe leitura possível.

Relativamente ao Orçamento, disse que se o mesmo for rejeitado é óbvio que a Câmara Municipal continuará a funcionar, mas não de igual forma, dando como exemplo o projeto de iluminação pública que, para ser candidatado está à espera da aprovação deste Orçamento. Disse que poder-se-ia fazer uma alteração ao Orçamento anterior mas se assim acontecesse, a verba seria retirada de uma rubrica que comporta outros projetos e estes não seriam executados.

Tomou a palavra o senhor Vereador da Câmara Municipal, **Dr. Fernando Gorgulho**, dizendo que, relativamente à questão dos Sapadores, terá todo o gosto em dar informação precisa, até porque, recentemente, participou numa reunião do Conselho Municipal



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

Florestal em representação do senhor Presidente da Câmara Municipal, e não disse a informação que foi dada pelo senhor Eng.º João Silva, com receio de não ser preciso. Mesmo assim disse que supõe que o prazo que estava previsto foi prorrogado.

Tratando-se de uma publicação em Diário da República disse que o melhor seria consultá-la, para não cometer o erro de não ser preciso na informação dada.

Disse que face a todas as explicações que foram dadas pelos serviços e face a toda a disponibilidade do senhor Presidente da Câmara Municipal, em responder a todas as questões levantadas, questionou se estão de facto ponderados os prejuízos que provoca ao Município do Crato, a inviabilização do Orçamento.

Disse que, se está ponderado, então, que ponderação foi feita pelas pessoas que vão votar contra o Orçamento, o tal documento técnico, dizendo que gostaria de sair esclarecido sobre as ponderações que tiveram, sobre os prejuízos que provocam ao Concelho do Crato.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou à votação este ponto obtendo o seguinte resultado:

a) 9 (nove) **Votos a favor**, a saber:

- **8 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, António José Dias, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e António Manuel Iria Matias;
- **1 voto do Grupo do PPD/PSD:** Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro

b) 11 (onze) **Contra**, a saber:

- **8 votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, Luís Duarte Lopes Tomé, José Maria Mendes Fura, Olga Maria Amaro Domingos Capão, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, Armando Coelho Mafaldo;
- **3 votos do Grupo do PPD/PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Alda Maria Antunes Grácio, Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino.

**Deliberação:** O Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para 2012 foram reprovados.

### PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO:

Na presente reunião verificou-se a presença de algum público mas não houve pedidos de intervenção.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às duas hora e vinte cinco minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino Simões Bastos Silva**, pela 1.<sup>a</sup> Secretária,





MUNICÍPIO DO CRATO  
Assembleia Municipal

**Ata n.º 2/2012, 3 de fevereiro**

Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco e pelo 2º Secretário, Rui Miguel Varela Chorinca.

O Presidente da Assembleia Municipal

A 1.ª Secretária

O 2.º Secretário